

# Resistir e investir

O início do ano escolar de 2020/21 iniciou-se de forma presencial e assim está previsto que continue enquanto a pandemia o deixar. Boas e diversas razões foram convocadas para esta opção e as escolas prepararam-se para criar condições que permitam a habitabilidade conjunta dos espaços. Na medida do possível, delimitaram-se espaços, descruzaram-se horários, orientaram-se setas, regularam-se normas estritas de ação e convivência, constituindo-se uma nova normalidade que em muito contraria o que marca a escola que todos conhecemos. Este esforço organizativo, que envolveu muito tempo e energia, tem, como propósito vital, resistir — o resistir ao vírus no espaço da escola, o resistir da própria escola.

Mas se resistir é vital, nestes tempos de desconcerto não podemos prescindir de uma reflexão atenta sobre as implicações da nova normalidade da sala de aula no que mais importa na escola: proporcionar aos alunos o seu desenvolvimento, com múltiplas aprendizagens de qualidade. A título de exemplo, interrogo os efeitos das regras relativas à atual logística que têm a ver com a arrumação dos alunos nas salas e com a partilha de materiais. Nas múltiplas reportagens que as televisões transmitiram em setembro, abundaram as imagens das salas imaculadamente organizadas em filas, com carteiras individuais isometricamente colocadas. O modelo das carteiras alinhadas (ao qual ouvimos chamar de “sala em autocarro”), que senta os alunos em posições fixas, nas quais dão as costas uns aos outros e a cara ao professor, incorpora implicitamente um modelo de ensino que a escola praticou durante décadas: um ensino de natureza expositiva. Este modelo de sala de aula, acrescido da recomendação ao professor de que restrinja a sua circulação ao espaço mínimo em frente ao quadro, coaduna-se bem com a dinâmica de aula em que o professor transmite e os alunos rececionam, em que as tarefas são realizadas em trabalho individual pelo aluno e corrigidas no quadro exclusivamente pelo professor, pois a partilha de materiais (giz, apagador, folhas ...) também é de evitar a todo o custo ou até mesmo proibida. Que implicações aporta este modelo para a natureza das aprendizagens dos alunos? De que forma este modelo se pode compatibilizar com o desenvolvimento das aprendizagens essenciais que a escola tem de proporcionar aos alunos, nomeadamente em Matemática? Poder-se-á passar todo um ano letivo a trabalhar neste modelo?

Estas são algumas interrogações genuínas que me parecem, ao lado de outras, dever ser equacionadas com vista à regulação das regras que condicionam o trabalho no período que se irá seguir, passados os receios dos tempos iniciais e conquistada

a confiança possível — isto numa perspetiva otimista, claro. A escola atual está mais exigente do que nunca e muito há que cuidar. Se é verdade que é preciso respeitar a etiqueta respiratória, é igualmente preciso respeitar a etiqueta do aprender — e se a primeira valoriza o distanciamento no individual, a segunda valoriza as interações no coletivo. As aprendizagens dos alunos são socialmente mediadas e requerem uma abordagem dialógica, quer pela natureza do processo de aprendizagem, quer pela natureza dos objetos que a aprendizagem deve focar, quer ainda pelas atitudes que, em simultâneo, há a promover.

Nos meses que se seguem, é fundamental que os professores possam investir o seu espírito crítico e criatividade no ensaio de estratégias que favoreçam aprendizagens em sintonia com tudo o que se espera que os alunos aprendam, contornando os obstáculos que a logística potencialmente gera. É verdade que a “sala em autocarro” não inviabiliza a realização de discussões plenárias, feitas no coletivo, a partir de trabalho realizado individualmente pelos alunos, mas tem dificuldades e limitações no seu alcance, nomeadamente a de incluir todos os alunos ou a de potenciar plenamente o desenvolvimento da resolução de problemas ou do raciocínio matemático. É importante pensar o espaço-aula de modo a admitir estratégias diferenciadas de trabalho, em especial o trabalho de grupo, imprescindível para a exploração de tarefas desafiantes que se enriquecem com a discussão das ideias entre os alunos do grupo, com a produção coletiva de uma resolução do grupo, com a escolha conjunta de como bem representar o que pensou o grupo, com a decisão do grupo sobre os argumentos a usar para explicar à turma o seu trabalho.

Apesar de os tempos em que vivemos serem marcados pelo provisório, prevê-se que 2021/22 possa iniciar-se com novos documentos curriculares, em sintonia com as *Recomendações para a Melhoria das Aprendizagens dos Alunos em Matemática*, da autoria do Grupo de Trabalho em Matemática, recentemente publicadas na página eletrónica da Direção-Geral da Educação. Esta revisão curricular definirá, de forma independente e com desenvolvimento adequado, as aprendizagens essenciais a realizar por todos os alunos no Ensino Básico e no Secundário. Além disso, as novas orientações curriculares serão acompanhadas pelo apoio ao trabalho dos professores nas escolas, com uma aposta em dinâmicas colaborativas. Temos, pois, boas expectativas para resistir e investir.

ANA PAULA CANAVARRO  
UNIVERSIDADE DE ÉVORA